

ANEXO I

DECLARAÇÃO

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____ (entidade, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do procedimento relativo à alienação de Lotes da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha (adiante designada AAER), declara, que a sua representada pretende adquirir o(s) lote(s) n.º _____, com uma área de _____ m², pelo valor de _____ €/m² (indicar o valor em números e por extenso), o que perfaz o valor total de _____ € (indicar o valor em números e por extenso).

Para o efeito, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada tem pleno conhecimento de todas as condições e obrigações decorrentes do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha, publicado na II.ª série do Diário da República, n.º 142, de 26/07/2019, sob o aviso n.º 12119/-A/2019 e do Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, publicado na II.ª série do Diário da República, n.º 104, de 28 de Maio de 2021, sob o aviso n.º 10135/2021, documentos relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Declara ainda ter tido integral e perfeito conhecimento de todas as peças do procedimento de alienação de lotes em apreço, designadamente do anúncio e dos documentos que fixam os critérios de atribuição de lotes e os fatores de exclusão de propostas, e que determinam a forma de apresentação da proposta e os documentos instrutórios da mesma.

Mais declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
- b) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não diligenciou no sentido de influenciar indevidamente a deliberação de abertura do procedimento de alienação, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, nem prestou informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão ou ordenação das propostas, e de alienação dos lotes;

- f) Tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas, por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município de Arganil;
- g) Não tem salários em atraso.

Por último, declara ainda que são verdade todas as informações prestadas no âmbito da proposta apresentada e que tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da candidatura apresentada ou a caducidade da deliberação de alienação que eventualmente sobre ela recaia.

(local), (data).

(assinatura digital qualificada)